

PETIÇÃO Nº 13.126 - RS (2019/0339743-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
REQUERENTE : NELVA LOURDES BUFFON CRISTOFOLI
ADVOGADOS : NILTON BRANCHINI - RS012515
MILENE NUNES CORRÊA - RS068997
REQUERIDO : CIONELI INDUSTRIA DE CALÇADOS LTDA - MASSA FALIDA

EMENTA

PETIÇÃO. PRETENSÃO DE ATRIBUIR EFEITO SUSPENSÃO À AÇÃO DE EXECUÇÃO PROMOVIDA NA ORIGEM. RECURSOS ESPECIAIS INDICADOS QUE NÃO FORAM ADMITIDOS PELA CORTE ESTADUAL, COM BASE NO ART. 1.030, § 1º, DO CPC/2015, TENDO A PARTE CONTRAPOSTO AGRAVO INTERNO NA ORIGEM, E NÃO AGRAVO DO ART. 1.042 DO CPC/2015 PERANTE ESTA CORTE SUPERIOR. ERRO GROSSEIRO. RECONHECIMENTO. NÃO PREENCHIMENTO, EM TESE, DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. VERIFICAÇÃO. PEDIDO INDEFERIDO.

DECISÃO

Cuida-se de petição apresentada por Nelva Lourdes Buffon Cristofoli, tendo por propósito a suspensão da ação executiva promovida pela Massa Falida Cioneli Indústria de Calçados Ltda., considerada a existência de oposição de embargos de terceiro por ela opostos não julgados definitivamente, "**em razão das recentes decisões promovidas nos autos dos agravos internos n. 70082564691 e 70082842972**", interpostos contra a decisão que negou seguimento aos seus recursos especiais, proferida pela Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Para tanto, argumenta que "o prosseguimento da ação de execução de sentença nº 005/1.05.0004970-9 SEM o julgamento definitivo dos embargos de terceiro nº 005/1.13.0000703-2, inquestionavelmente, viola expressamente lei federal, qual seja Lei n.º 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil) notadamente o artigo 833, inciso VIII, bem como houve a violação do artigo 4º, § 2º da LEI 8.009/90 (Bem de Família) e do artigo 5º, caput e incisos XXIII e XXVI da Constituição Federal" (e-STJ, fl. 4).

Aduz que (e-STJ, fl. 5):

"In casu, restou fartamente provada à materialidade fática acerca da

propriedade dos bens penhorados nos autos da execução de sentença. Tanto é verdade que a Juíza nos autos dos embargos de terceiro RECONHECEU (despacho incluso), em um juízo de cognição sumária, a propriedade dos bens deferindo a suspensão das medidas constritivas sobre os bens objeto do feito. Todavia, a decisão foi reformada pelo TJRS.

De outra parte, não se pode olvidar que o laudo pericial extraído do processo executivo (cópia inclusa) ATESTA que os imóveis de propriedade da Requerente, matriculados sob os números 18.564; 18.565; 18.566; 18.567 e 20.841 são lotes rurais contíguos e servem como moradia e área de trabalho da família. Neste caso, a “entidade familiar” é composta pelos filhos da Requerente (Alex Antônio Cristófoli, Adriano Antônio Cristófoli e Daiane Cristófoli), pela nora Solange de Fátima Paliga Cristófoli; pelo genro Everton Testa e pelos netos Augusto Antônio Cristófoli e Enzo Cristófoli Testa.

Tais elementos são basilares para o cabimento da medida cautelar inominada visando à apreciação, por essa Corte, das questões ignoradas pelos julgadores antecessores.

Portanto, presentes os elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, uma vez que os bens penhorados na ação executiva pertencem à meação da Requerente constituída de bem de família e são objeto de embargos de terceiro, o qual está pendente de julgamento (autuado sob o número 005/1.13.0000703-2), inclusive em trâmite na mesma vara da ação de execução.

Brevemente relatado, decido.

Nos termos relatados, pretende a requerente a atribuição de efeito suspensivo, não propriamente a recurso especial, mas, diretamente, à própria execução, sob o argumento de que a existência de embargos de terceiro por ela opostos não foram definitivamente julgados.

Pelo que se pode depreender da documentação acostadas aos presentes autos, a requerente interpôs dois recursos especiais, simultaneamente, contra o acórdão que negou provimento ao Agravo Interno n. 70078945649, o qual, por sua vez, voltou-se contra decisão proferida pelo relator do Agravo de Instrumento n. 70078573656, que deferiu a tutela recursal pleiteada pela Massa Falida de Cioneli Indústria de Calçados Ltda., para cassar a liminar de sobrestamento do feito executivo deferida no bojo dos embargos de terceiros opostos pela ora requerente.

O acórdão do aludido agravo interno (n. 70078945649) recebeu a seguinte

ementa (e-STJ, fl. 111):

AGRAVO INTERNO EM DECISÃO NOS AUTOS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS TRAZIDOS PELA AGRAVANTE E EXTRAÍDOS DO SISTEMA. TENTATIVA DE EXCLUSÃO DE PENHORA FORMALIZADA. PEDIDO DE CONCORDATA. MERO ARTIFÍCIO. DESVIO DE CRÉDITOS DECORRENTES DE ICMS POR MEIO DE VENDA A DUAS EMPRESAS. ANTE A NATUREZA DA DÍVIDA NÃO HÁ QUE SE FALAR EM BEM DE FAMÍLIA. NÃO TRAZENDO A PARTE AGRAVANTE QUALQUER ARGUMENTO NOVO CAPAZ DE MODIFICAR O ENTENDIMENTO ADOTADO NA DECISÃO AGRAVADA, APENAS REEDITANDO A TESE ANTERIOR, IMPROCEDE O RECURSO INTERPOSTO.

Agravo interno desprovido.

Como adiantado, os dois recursos especiais não foram admitidos pela Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

O primeiro apelo especial não foi admitido ante a impropriedade da alegação de ofensa a dispositivos constitucionais; a deficiência das razões recursais, que não impugnaram nem sequer minimamente os fundamentos adotados no acórdão recorrido, a incidir o enunciado n. 284 da Súmula do STF, além da ausência de prequestionamento dos dispositivos legais apontados como violados. O segundo recurso especial apresentado não foi admitido ante a preclusão consumativa decorrente da interposição do primeiro (e-STJ, fls. 130-138).

Em contrariedade à decisão que negou seguimento aos referidos recursos especiais, a ora requerente interpôs dois agravos internos (**70082842972 e 70082564691**), que não foram conhecidos pelo relator, em decisões monocráticas assim ementadas (e-STJ, fls. 139 e 144, respectivamente):

Nº 70082842972 (Nº CNJ: 0256206-79.2019.8.21.7000) 2019/CÍVEL

AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE.

O recurso cabível contra decisão de inadmissibilidade proferida com fundamento no inciso V do artigo 1.030 do CPC é o agravo dirigido aos Tribunais Superiores, previsto no artigo 1.042 do CPC.

RECURSO NÃO CONHECIDO.

Nº 70082564691 (Nº CNJ: 0228378-11.2019.8.21.7000)

2019/CÍVEL

AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE.

O recurso cabível contra decisão de inadmissibilidade proferida com fundamento no inciso V do artigo 1.030 do CPC é o agravo dirigido aos Tribunais Superiores, previsto no artigo 1.042 do CPC.

RECURSO NÃO CONHECIDO.

Como destacado pela própria requerente, a presente medida acautelatória foi promovida justamente em razão da prolação de tais decisões que, em agravo interno, mantiveram o não seguimento de seu recurso especial.

Na hipótese, a Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, como visto, concluiu pela inadmissibilidade dos recursos especiais, com supedâneo no § 1º do art. 1.030 do Código de Processo Civil de 2015, ante a ausência dos pressupostos recursais.

Dispõe o § 1º do art. 1.030 do CPC/2015 que "da decisão de inadmissibilidade proferida com fundamento no inciso V, caberá agravo ao tribunal superior, nos termos do art. 1.042".

Incumbiria, portanto, à parte interpor agravo ao Superior Tribunal de Justiça, insurgindo-se contra os fundamentos adotados, e não ter interposto agravo interno perante o próprio Tribunal de origem, proceder que configura manifesto erro grosseiro, conforme já decidiu, *mutatis mutandi*, a Corte Especial do STJ:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO ADMITIDO. RECURSO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. ARTS. 1.030, § 1º, E 1.042 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRAZO RECURSAL NÃO INTERROMPIDO. CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO.

1. Contra a decisão monocrática que não admite o recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, V, do CPC, não cabe agravo interno, mas agravo para o Supremo Tribunal Federal, conforme previsão expressa dos artigos 1.030, § 1º, e 1.042 do Estatuto Processo Civil.

2. Há, na espécie, erro grosseiro, a impossibilitar a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

3. Tratando-se de recurso manifestamente incabível, que não suspende nem interrompe o prazo para a interposição de outro recurso, constata-se a ocorrência do trânsito em julgado da decisão

que não admitiu o recurso extraordinário.

4. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no RE nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1698143/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, CORTE ESPECIAL, julgado em 22/10/2019, DJe 28/10/2019)

Segundo a jurisprudência sedimentada do Superior Tribunal de Justiça, a caracterização da aparência do bom direito, sustentada na tutela de urgência destinada à atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial, demanda, a um só tempo, o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade recursal, bem como a plausibilidade da tese expendida nas razões recursais, a evidenciar, em juízo perfunctório, a possibilidade de êxito da insurgência.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - PLANO DE SAÚDE - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU O PLEITO LIMINAR ANTE A AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA.

1. O uso da cautelar/tutela de urgência no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça é medida excepcional que visa a impedir o perecimento do direito e a consequente inutilidade do provimento jurisdicional futuro.

2. À concessão do efeito suspensivo aos recursos extraordinários, por meio de tutela de urgência, faz-se necessária a presença concomitante dos requisitos do *fumus boni iuris* e *periculum in mora*: o primeiro relativo à plausibilidade, aferida em juízo sumário, da pretensão recursal veiculada no apelo extremo (sua probabilidade de êxito) e o segundo consubstanciado no risco de dano irreparável que, em uma análise objetiva, revele-se concreto e real.

3. Na hipótese, não restou demonstrada a presença concomitante dos requisitos referidos, porquanto além de o reclamo ainda não ter passado pelo juízo de admissibilidade na origem, no mérito, são aplicáveis os óbices das súmulas 735/STF e 7/STJ, pois para o acolhimento da pretensão recursal, seria imprescindível promover o reexame do acervo fático-probatório dos autos.

4. Ressalte-se que a deliberação tomada na origem não contrasta com a determinação exarada nesta Corte Superior quanto ao tema 989 que foi afetado a julgamento como questão repetitiva no bojo dos RESP's 1.680.318/SP e 1.708.104/SP, pela Segunda Seção do STJ que visa "definir se o ex-empregado aposentado ou demitido sem justa causa faz jus à manutenção no plano de saúde coletivo empresarial quando, na atividade, a contribuição foi suportada apenas pela empresa empregadora", pois a despeito de ter sido determinada a suspensão

Superior Tribunal de Justiça

nacional do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional (art. 1.037, II, do CPC/15), ficou expressamente ressalvada a possibilidade de concessão de tutelas provisórias de urgência, quando presentes seus requisitos, exatamente o caso dos autos.

5. Agravo interno desprovido. (AgInt na TP n. 1.393/SP, Relator o Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 14/6/2018);

Portanto, diante do desfecho conferido na origem aos apontados recursos especiais — aos quais, por via reflexa, se pretende atribuir efeito suspensivo — não comportará, em tese, modificação por esta Corte de Justiça, já que nem sequer são passíveis de conhecimento.

Nesse contexto, de rigor o indeferimento da pretensão ora postulada.

Em arremate, na esteira dos fundamentos acima delineados, indefiro o pedido de suspensão da referida execução.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator